

**BONFANTE**

CNPJ nº 06.982.746/0001-24

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Bonfante com capacidade instalada total de 19 MW, e energia comercializada anual de 115,89 GWh, beneficiando aproximadamente 176 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 21,6 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 9,5 milhões. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/13	31/12/12
Circulante		6.300	3.510
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.753	557
Contas a receber	6	2.466	2.895
Impostos a compensar		-	12
Despesas antecipadas		71	40
Adiantamentos a funcionários		-	3
Adiantamentos diversos		10	3
Não circulante		92.798	90.125
Ativos vinculados - BNDES	7	2.436	2.650
Impostos e contribuições diferidas	15 e 18	95	-
Depósitos judiciais		25	25
Imobilizado	8	88.752	87.310
Intangível	9	1.490	-
Diferido	10	-	140
Total do ativo		99.098	93.635
Passivo			
Circulante		11.407	14.505
Fornecedores		1.348	2.041
Financiamentos	12	6.181	6.240
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		13	12
Impostos e contribuições a recolher		110	164
Provisão para férias e 13º salário		72	57
Outros passivos		4	43
Receita diferida	1.1	1.417	-
Dividendos a pagar	11 e 13	2.262	5.948
Não circulante		41.002	42.131
Financiamentos	12	36.268	42.131
Provisões para compromissos futuros	21	4.734	-
Patrimônio líquido	13	46.689	36.999
Capital social		27.745	27.745
Reserva legal		2.061	1.585
Reserva especial		552	552
Reserva de retenção de lucro		9.545	7.117
Dividendos adicionais propostos		6.786	-
Total do Passivo		99.098	93.635

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/13	31/12/12
1. Receita bruta de vendas	15	21.587	21.763
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		23.004	21.763
Ajuste MRE		(1.417)	-
2. Insumos adquiridos de terceiros		3.755	1.983
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		597	1.461
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.627	454
Perda / Recuperação de valores ativos		1.531	68
3. Valor adicionado bruto (1-2)		17.832	19.780
4. Depreciação e amortização		2.469	2.741
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		15.363	17.039
6. Valor adicionado recebido em transferência		481	333
Receitas financeiras	17	481	333
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)		15.844	17.372
8. Distribuição do valor adicionado		15.844	17.372
Pessoal		694	745
Remuneração direta		540	610
Benefícios		109	60
F.G.T.S		45	75
Impostos, taxas e contribuições		1.762	1.734
Federais		1.747	1.720
Estaduais		7	5
Municipais		8	9
Remuneração de capitais de terceiros		3.864	4.904
Juros	17	3.757	4.622
Aluguéis		103	184
Outras		4	98
Remuneração de capitais próprios		9.524	9.989
Dividendos a pagar	13	2.262	1.822
Dividendos adicionais propostos		6.786	-
Lucros retidos		476	8.167

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		10.292	10.749
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa de imobilizado	8	1.573	74
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	3.757	4.622
Depreciação e amortização		2.469	2.741
Variações nos ativos e passivos			
Aumento em contas a receber		429	(168)
Redução (aumento) em impostos a compensar		12	43
Aumento de despesas antecipadas		(31)	(13)
Redução (aumento) em adiantamentos a funcionários		3	(1)
Aumento em adiantamentos diversos		(7)	33
Aumento em impostos e contribuições diferidas		(95)	-
Aumento em depósitos judiciais		-	(2)
Aumento em fornecedores		382	289
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		1	3
Aumento em outros passivos		(39)	27
Redução em impostos e contribuições a recolher		(54)	27
Aumento na provisão para férias e 13º salário		15	7
Aumento em receita diferida		1.417	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(720)	(762)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		19.404	17.669
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	214	176
Aquisição de imobilizado	8	(3.223)	(2.014)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(3.009)	(1.838)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Financiamentos pagos	12	(5.903)	(5.903)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(3.776)	(4.679)
Dividendos pagos	13	(3.520)	(6.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(13.199)	(16.582)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		3.196	(751)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		557	1.308
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.753	557
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		3.196	(751)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de vendas	15	20.799	20.969
Custos da venda de energia		(5.318)	(5.143)
Pessoal		(781)	(747)
Meio ambiente		(184)	(317)
Operação		(309)	(452)
Manutenção		(992)	(277)
Taxas setoriais		(37)	(40)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(166)	(234)
Seguros		(183)	(113)
Depreciação e amortização		(2.469)	(2.741)
Outros custos		(197)	(222)
Lucro bruto		15.481	15.826
Despesas administrativas	16	(1.909)	(690)
Pessoal		(63)	(165)
Despesas administrativas e gerais		(207)	(323)
Outras despesas operacionais, líquida		(1.531)	-
Outras despesas administrativas		(108)	(202)
Lucro antes do resultado financeiro		13.572	15.136
Despesas financeiras	17	(3.761)	(4.720)
Receitas financeiras	17	481	333
Resultado financeiro		(3.280)	(4.387)
Lucro antes dos impostos		10.292	10.749
Imposto de renda	18	(501)	(495)
Contribuição social	18	(267)	(265)
Lucro líquido do exercício		9.524	9.989
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,4472	0,4690
Quantidade de ações ao final do exercício	13	21.297.498	21.297.498

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício	9.524	9.989
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	9.524	9.989

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31/12/11	27.745	1.086	8.246	-	-	-	37.077
Dividendos distribuídos	-	-	(8.246)	-	-	-	(8.246)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.989	9.989
Destinações							
Reserva legal	-	499	-	-	-	(499)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(1.821)	(1.821)
Reserva especial	-	-	-	552	-	(552)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	7.117	(7.117)	-
Saldos em 31/12/12	27.745	1.585	-	552	7.117	-	36.999
Transferência de dividendos para retenção de lucros - AGO/AGE de 05/03/13	-	-	-	-	2.428	-	2.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.524	9.524
Destinações							
Reserva legal	-	476	-	-	-	(476)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	(2.262)	(2.262)
Dividendo adicional proposto	-	-	6.786	-	-	(6.786)	-
Saldos em 31/12/13	27.745	2.061	6.786	552	9.545	-	46.689

NOTAS EXPLICATIVAS

AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Bonfante Energética S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avencas com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:

Patrimônio líquido	46.689
Total do ativo	99.098
ICP	47,11%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **13. Patrimônio Líquido:** a. Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$27.745. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$27.745 e está representado por 21.297.498 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reservas: **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. **Reserva especial:** Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, parágrafo 4º e 5º. **Reserva de retenção de lucros:** Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$3.520, restando ainda a pagar um saldo de R\$10.097. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

Lucro do Exercício	9.524
(=) Base de cálculo	9.524
(-) Reserva Legal	(476)
(=) Base de cálculo do Dividendo	9.048
Dividendos obrigatórios	2.262
Dividendos adicionais propostos	6.786

14. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, ambientais e de caráter comercial. A Companhia é parte em ações civis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

15. Conciliação da receita operacional líquida:

Receita operacional bruta:	31/12/13	31/12/12
Venda de energia elétrica	23.004	21.763
Ajuste de MRE	(1.417)	-
	<u>21.587</u>	<u>21.763</u>

Deduções à receita operacional:

PIS	(150)	(141)
COFINS	(690)	(653)
	<u>(840)</u>	<u>(794)</u>

Deduções ao ajuste MRE

PIS Diferido	9	-
COFINS Diferido	43	-
	<u>52</u>	-
	<u>20.799</u>	<u>20.969</u>

16. Despesas administrativas:

31/12/13	31/12/12	
Pessoal	63	165
Viagens	41	74
Publicação	49	39
Aluguéis	118	114
Serviços de terceiros	78	117
Outras despesas administrativas	29	111
Outras despesas operacionais líquidas (*)	1.531	-
	<u>1.909</u>	<u>690</u>

(*) Refere-se aos valores da Baixa do multiplicador de velocidade da Bonfante Energética.

17. Resultado financeiro:

Despesas financeiras:	31/12/13	31/12/12
Despesas bancárias	(2)	(8)
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	(3.757)	(4.622)
Outras despesas	(2)	(90)
	<u>(3.761)</u>	<u>(4.720)</u>

Receitas financeiras:

Rendimentos de aplicações em renda fixa	480	331
Outras receitas	1	2
	<u>481</u>	<u>333</u>

Resultado financeiro

	<u>(3.280)</u>	<u>(4.387)</u>
--	----------------	----------------

18. Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/13	31/12/12
	IR (*)	CSLL
	23.004	21.763

Receita bruta

Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	481	481	333	333
Base de cálculo	2.321	3.241	2.074	2.945
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	580	292	519	265
Diferença de alíquota	(24)	-	(24)	-
Imposto sobre a receita operacional IRPJ / CSLL DIFERIDO	556	292	495	265

Receita ajuste MRE

Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	-	-
Base de cálculo	(113)	(170)	-	-
Alíquota nominal	25%	9%	-	-
Outros ajustes	(27)	(10)	-	-
Imposto diferido sobre o resultado	(28)	(15)	-	-
Imposto Total	501	267	495	265

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%.

19. Instrumentos Financeiros: Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%) e TJLP (5%).

	Exposi-ção	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Operação	31/12/13					
Aplicação Financeira	3.747	Baixa do CDI	Resultado	390	292	195
Ativos Vinculados ao BNDES	2.436	Baixa do CDI	Resultado	253	190	127
Financiamentos BNDES	(42.449)	Alta da TJLP	Resultado	(2.122)	(2.653)	(3.184)

20. Cobertura de seguro: Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$2.566, com vigência até 28 de abril de 2014, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **Seguro de operação:** Em 28 de abril de 2013, com vigência até 28 de abril de 2014, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$211.647, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. (*) A avaliação da Administração quanto a adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes. **21. Compromissos:** i. Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, a Companhia precisa ainda adquirir aproximadamente 65,44 hectares para plantio das áreas de preservação permanente - APP no entorno dos reservatórios, a serem adquiridas até 2017, com base nos PACUERAS aprovados. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$1.964, para aquisição destas áreas. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. ii. Existem ainda 65,44 hectares a serem restituídos que aguardam aprovação dos respectivos PACUERAS pelos agentes licenciadores competentes. Foi estimado um desembolso da ordem de R\$982, para os próximos exercícios, após o Passivo Não Circulante. iii. Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nelas previstos, a empresa estima um gasto anual até o prazo de vigência da licença, em R\$1.220. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. iv. Depósitos Judiciais - A Companhia realizou um levantamento por depósito identificando se os mesmos já possuíam laudos periciais, bem como atualizou monetariamente com base nos índices divulgados pelos respectivos tribunais, apurando uma diferença de R\$481. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. v. Legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no RGJ ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$87. A regularização dessas terras se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. **22. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2014.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Gratacós Nóbrega - Diretor	Walter Nunes Seijo Neto - Diretor
Contadora: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5	

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis. **4. Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. • Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

31/12/13	31/12/12
Bancos	6
Aplicações financeiras	17
	<u>3.747</u>
	<u>540</u>
	<u>3.753</u>
	<u>557</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. **6. Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. **7. Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

8. Imobilizado:

a. Composição do imobilizado:

	31/12/13	31/12/12
Descrição	Taxa média ponderada de depreciação %	Depreciação acumulada
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	-	5.823
Turbina hidráulica	2,50%	2.220
Gerador	3,33%	1.968
Comporta	3,33%	983
Subestação unitária	3,57%	1.651
Casa de força produção hidráulica	2,00%	2.988
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	1.446
Adiantamento a fornecedores	-	-
Outros	3,65%	1.071
	<u>101.079</u>	<u>12.327</u>
		<u>88.752</u>
		<u>87.310</u>

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos. b. Movimentação do custo:

Descrição	31/12/11	Adições	Baixas	Transferências	31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	3.554	-	-	-	3.554
Turbina hidráulica	18.957	-	-	93	19.050
Gerador	10.998	-	-	(29)	10.969
Comporta	5.868	-	-	(20)	5.848
Subestação unitária	8.671	-	-	-	8.671
Casa de força produção hidráulica	27.349	114	-	(1)	27.462
Reservatório, barragem, adutora	13.161	1.281	(50)	(3)	14.389
Adiantamento a fornecedores	1.039	36	-	-	1.075
Outros	5.772	583	(24)	(40)	6.291
	<u>95.369</u>	<u>2.014</u>	<u>(74)</u>	<u>-</u>	<u>97.309</u>
Depreciação	(7.433)	(2.599)	33	-	(9.999)
Saldo	<u>87.936</u>	<u>(585)</u>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>87.310</u>

c. Movimentação do custo no período:

Descrição	31/12/12	Adições	Baixas	Transferências	31/12/13
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	3.554	2.269	-	-	5.823
Turbina hidráulica	19.050	2.565	(1.573)	-	20.042
Gerador	10.969	389	-	-	11.358
Comporta	5.848	-	-	-	5.848
Subestação unitária	8.671	11	-	-	8.682
Casa de força produção hidráulica	27.462	155	-	-	27.617
Reservatório, barragem, adutora	14.389	1.016	-	-	15.405
Adiantamento a fornecedores	1.075	-	(1.075)	-	1.075
Outros	6.291	13	-	-	6.304
	<u>97.309</u>	<u>6.418</u>	<u>(2.648)</u>	<u>-</u>	<u>101.079</u>
Depreciação	(9.999)	(2.516)	188	-	(12.327)
Saldo	<u>87.310</u>	<u>3.902</u>	<u>(2.460)</u>	<u>-</u>	<u>88.752</u>

No exercício de 2013, a Companhia revisou os saldos de adiantamentos a fornecedores e reconciliou com os valores em aberto, no passivo na conta de fornecedores, resultando na baixa de R\$1.075 do saldo existente em 31 de dezembro de 2013. Ressalta-se que a Administração da Companhia permanece em negociação com os EPCistas para o encerramento e obtenção do termo de quitação do contrato EPC. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo da conta de fornecedores reflete o atual estágio das referidas negociações e, na avaliação da Administração, não haverá quaisquer passivos adicionais até a obtenção do termo de quitação previsto para ocorrer durante o exercício de 2014. **9. Intangível:** Refere-se aos programas ambientais constantes nas licenças de operação e provisão para processo de indenização de terras. Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estimou e registrou os valores de R\$1.220 e R\$270 respectivamente. **10. Diferido:** Os gastos pré-operacionais foram totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2013 (R\$140 em 31 de dezembro de 2012) e incluíam basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração. **11. Transações com partes relacionadas:** O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A., e Eletrobrás S.A., visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuições de dividendos da Companhia para sua controladora.

Passivo circulante	31/12/13	31/12/12
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar	2.262	5.948
	<u>2.262</u>	<u>5.948</u>

Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 05 de março de 2013, foi aprovada a remuneração global da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2013 em, no máximo, R\$65 (R\$60 em 2012). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$31.

12. Financiamentos:

	Indexador	31/12/13	31/12/12
BNDES:	TJLP + 3,5% a.a.		
Principal		29.796	35.699
Encargos		12.653	12.672
Total		<u>42.449</u>	<u>48.371</u>
Parcela de curto prazo		6.181	6.240
Parcela de longo prazo		<u>36.268</u>	<u>42.131</u>
Total		<u>42.449</u>	<u>48.371</u>

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. **Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante:**

	Total
2015	6.045
2016	6.045
2017	6.045
2018	6.045
2019 a 2021	<u>12.088</u>
	<u>36.268</u>

Mutação dos financiamentos em 2013:

Saldo inicial	48.371
Encargos provisionados	3.757
Pagamentos	(9.679)
Saldo final	<u>42.449</u>

1. Contexto operacional: A Bonfante Energética S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 10 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 369/1999 e 233/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Paraiubuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 19 Mw e uma linha de transmissão de 1,25 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de agosto de 2008. Em 1º de agosto de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.865, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada, com potência instalada de 19 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 19 Mw e energia anual assegurada de 118,0 GWh. O término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031. 1.1. Mecanismo de Realocação de Energia: A Companhia tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, a Companhia informa a sazonalização para a ELETROBRÁS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte. As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETROBRÁS), que, por sua vez, por força contratual repassa os seus efeitos à Companhia, no ano seguinte, em 12 parcelas. Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização não foi solicitada pela ELETROBRÁS à Companhia. Os efeitos negativos da sazonalização ex-post informado pela ELETROBRÁS até o mês de outubro 2013 foi de R\$1.763, e a Companhia projeta o valor de R\$1.417 para o exercício de 2013. A Administração acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis necessárias. 1.2. Revisão da Garantia Física: Estima-se a revisão para menor da garantia física da PCH Bonfante, em função da indisponibilidade verificada por danos na UG1, em passos de 5%, limitados a

**BONFANTE**

CNPJ nº 06.982.746/0001-24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Bonfante Energética S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da Bonfante Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bonfante Energética S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** *Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente.* Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.d e 8, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que

novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. *Impactos da ocorrência de sinistro sobre as operações da Companhia.* Ao longo do exercício de 2013, a Companhia paralisou a geração de energia por conta de sinistro ocorrido no fim do exercício anterior. Os reflexos dessas paralisações foram avaliados pela Administração e estão descritos na nota explicativa nº 1.3 às demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado.* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014

Deloitte.Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJAntonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4